

Oportunidade na política econômica

O governo conseguiu transmitir um grande otimismo aos investidores e à opinião pública em geral quando aprovou a emenda da reeleição em fevereiro último. De lá para cá, ocorreu uma deterioração surpreendente das perspectivas econômicas tal como analisadas tanto por economistas locais tanto quanto por alguns experientes analistas internacionais. O pessimismo começou com os déficits comerciais mensais superiores ao esperado, lado a lado com resultados fiscais inferiores ao que são requeridos para manter cadente a taxa de inflação. Tal combinação tem a capacidade de detonar projeções catastróficas de desvalorizações súbitas com as expectativas de mais um aperto violento de crédito e de juros, o que traz de volta a memória ainda recente da freada de 1995.

Gradualmente, o pessimismo espalhou-se para outras vias, na medida em que suspeitou-se de que o próprio governo se mostrava excessivamente surpreendido e impaciente. O que poderia levá-lo a desistir de enfrentar as reformas e fugir ao desgaste político causado pelas medidas necessárias à redução de suas necessidades de endividamento. Algumas declarações acerca dos custos elevados das negociações das reformas, assim como as polêmicas acerca da utilização da receita com a venda das empresas estatais aumentaram a desconfiança de que o governo estaria mais disposto a administrar uma inflação de 10% ao ano, o que é uma ilusão no caso presente, do que a continuar os esforços com vistas à remoção das causas das pressões inflacionárias que ainda estão vivas nas finanças públicas.

A defesa de "ações diretas" para controlar o crescimento das importações trouxe à baila novamente o fantasma dos famigerados "acordos setoriais", enquanto a oferta de valores por parte de governos locais e estaduais a empresas na disputa por investimentos avivou a memória dos analistas que chegaram a suspeitar de que um segundo mandato do presidente FH poderia ser parecido com os governos passados, que geraram distorções econômicas financiadas por mais inflação. Ao invés de ser uma continuação do primeiro governo de FH, que se elegeu precisamente sobre uma plataforma de remoção da inflação e das injustiças e distorções a ela inerentes. A consequência é que voltaram a diminuir os prazos de financiamento ao governo, reduziu-se a folga externa e aumentou a desconfiança de que a coerência da política econômica nos próximos meses estaria em processo de deterioração.

Finalmente, o quadro pessimista foi avivado pelo clima de conflitos de competência entre Executivo e Legislativo e entre Legislativo e Judiciário, que esteve presente tanto na CPI dos precatórios quanto na discussão da reforma administrativa, e, mais recentemente, na batalha pela privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Concretizada a venda da Vale, o governo foi amplamente vitorioso na operação, dada a elevada qualificação jurídica de alguns dos opositores, que na realidade não conseguiram utilizar os atrasos para mobilizar a opinião pública a seu favor. Tem assim o presidente uma nova oportunidade, e, com ela, a obrigação de mudar mais uma vez o quadro de expectativas a seu favor. O clima de negócios é favorável, pois, desaquece-se o consumo, mas recupera-se o investimento, as entradas de recursos externos devem aumentar com a solução do impasse criado no leilão. Mas, sobretudo, deve também sentir-se reforçado para mobilizar politicamente seus aliados em torno da reforma do Estado. Os interesses cristalizados em torno das instituições que foram forjadas na fornalha da alta inflação criaram raízes profundas na sociedade brasileira.

Enquanto os beneficiários do clima de estabilidade de preços, clareza de regras e ambiente propício à discussão clara dos verdadeiros problemas que limitam o crescimento econômico e a eqüidade distributiva na sociedade brasileira não estão representados nem nas "ações populares" na Justiça nem nos lobbies de gabinetes, em favor de mais proteção e de mais crédito subsidiado. A maioria dos beneficiados pelo sucesso da estabilização deve sentir-se representada por quem foi eleito sob uma plataforma de crescimento econômico com modernização do Estado em ambiente de estabilidade de preços. E o governo FH tem uma oportunidade de ouro para retomar o curso de ação que permitirá em julho próximo comemorar o terceiro ano de inflação baixa.